



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA**

**ELIANE RIBEIRO LEITE
MARIANA LEAL DOS SANTOS**

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: A questão étnico-racial na
construção do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Professor
Edgard Santos do Município de Governador Mangabeira-Bahia**

São Francisco do Conde - Bahia
2016



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA**

**ELIANE RIBEIRO LEITE
MARIANA LEAL DOS SANTOS**

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: A questão étnico-racial na
construção do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Professor
Edgard Santos do Município de Governador Mangabeira-Bahia**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio

São Francisco do Conde - Bahia
2016

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: A questão étnico-racial na construção do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Professor Edgard Santos do Município de Governador Mangabeira-Bahia

**ELIANE RIBEIRO LEITE
MARIANA LEAL DOS SANTOS**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlindo Fausto Antônio
Orientador

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva
1º Avaliador

Prof. Dr. Bas'ilele Malomalo
2º Avaliador

Aprovado em 21 de maio de 2016.

São Francisco do Conde - Bahia
2016

Ao Centro Educacional Professor Edgard Santos - CEPES, que nos permitiu deambular em seu espaço e realizar esta pesquisa.

O racismo é um crime perfeito no Brasil, porque quem o comete acha que a culpa está na própria vítima. Além do mais, destrói a consciência dos cidadãos brasileiros sobre questão racial. Nesse sentido é um crime perfeito.

Kabengele Munanga

AGRADECIMENTOS

Encerramos mais etapa da nossa carreira estudantil com sensação de tarefa cumprida e, no presente momento, resta-nos compartilhá-la com as pessoas que nos ajudaram a encerrá-la. Em primeiro lugar agradecemos a Deus pela vida e força para que déssemos continuidade nos momentos de fadiga e vontade de desistência, a nossas famílias, amigos e mestres:

- A nossas famílias, que apoiado nossas escolhas e compreendido as nossas ausências para a construção deste escrito.
- Ao Professor Carlindo Fausto, que aceitou o desafio de acompanhar um trabalho retardatário, direcionando-nos nas escolhas e caminhos da pesquisa e compreendendo nossas dificuldades de ordem acadêmica e pessoal para o desfecho desta pesquisa.
- Nossas amigas que contribuíram para o desfecho do trabalho.
- A Direção e estudantes do Centro Educacional Professor Edgard Santos, que abriram as portas e se dispuseram a colaborar para a concretização do trabalho.
- A UNILAB e ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública pela experiência de participar do curso de especialização em Gestão Pública Municipal e poder contribuir para análise e reflexão sobre os rumos da gestão pública municipal brasileira e apontar caminhos possíveis para o enfrentamento dos desafios que ainda estão por vir.
- Aos docentes que aceitaram o desafio de participar desta banca e contribuir significativamente para o desfecho deste estudo.

RESUMO

A história da educação no Brasil, especialmente no tocante à população negra, demonstra o quanto o passado de escravidão interferiu no acesso e permanência no espaço escolar e conferiu ao negro um lugar marginalizado na construção da história do país. Esse processo de negativa da contribuição e do lugar do negro na sociedade brasileira começou a tomar novos rumos no início do século XXI, com destaque para as lutas do Movimento negro por reparação, igualdade de oportunidades e democratização do acesso à educação, obrigando o Estado a tomar medidas para a garantia do direito à educação. Uma dessas medidas foi a aprovação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece o ensino e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, apontando alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394/1996) e requerendo das escolas a revisão de suas diretrizes curriculares. Diante desse novo contexto, nosso objetivo é analisar a questão étnico-racial na construção do projeto político pedagógico do Centro Educacional Professor Edgard Santos - CEPES, tendo em vista identificar se a escola tem conseguido contemplar a temática étnico-racial no seu PPP. Para realização desse trabalho, nos apoiamos na pesquisa qualitativa, que preza pela descrição dos sujeitos em relação aos acontecimentos do mundo social. As técnicas adotadas para a coleta de dados foram os questionários e fotografias. A pesquisa bibliográfica e documental também foram importantes para o construto da pesquisa. Ao final do trabalho refletimos, à luz da literatura, sobre as questões que permeiam a aplicabilidade da questão étnico-racial na escola em estudo.

Palavras-Chave: projeto político pedagógico. educação étnico-racial. currículo.

ABSTRACT

The history of education in Brazil, especially in relation to the black population, shows how the past of slavery interfered with the access and permanence at school and gave the black a marginalized place in the construction of history. This negative process of contribution and place of blacks in Brazilian society start taking new directions in the early twenty-first century, highlighting the struggles of black Movement for repair, equal opportunities and democratization of access to education, forcing the state to take measures to guarantee the right to education. One such measure was the adoption of Law. 10.639 / 2003 establishing education and mandatory teaching of History and Afro-Brazilian culture and African in basic education, pointing out changes in the Law of Education Guidelines and Bases (LDB, Law n. 9394/1996) and requiring schools a review of its curriculum guidelines. In this new context, our goal is to analyze the ethnic-racial issue in building the political pedagogical project of the Educational Center Professor Edgard Santos - CEPES, in order to identify if the school has been able to contemplate the ethnic-racial theme in its PPP. To conduct this work, we rely on qualitative research, which values the description of the subjects in relation to the events of the social world. The techniques used for data collection were the questionnaires and photographs. The bibliographic and documentary research were also important to the construct of the research. At the end of the work reflected in the light of the literature on the issues that permeate the applicability of the ethnic-racial issue in school study.

Keywords: political pedagogical project. ethnic-racial education. curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONTEXTUALIZANDO A LEI Nº. 10.639/2003	12
1.1. O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO E A LEI Nº 10.639/2003.....	12
1.2. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: TERMOS E CONCEITOS	17
1.2.1. RAÇA.....	19
1.2.2. RACISMO	20
1.2.3. ETNIA.....	21
1.2.4. PRECONCEITO RACIAL	22
1.2.5. DISCRIMINAÇÃO RACIAL	23
1.2.6. IDENTIDADE.....	24
1.2.7. IDENTIDADE NEGRA	25
1.2.8. DEMOCRACIA RACIAL.....	26
2. EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	28
2.1. EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL	28
2.2. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	32
3. UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	34
3.1. CARACTERIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA.....	34
3.2. COMO A COMUNIDADE ESCOLAR SE IDENTIFICA	35
3.3. COMO IDENTIFICAMOS A COMUNIDADE ESCOLAR.....	36
3.4. DIALOGANDO COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXO.....	47

INTRODUÇÃO

O acesso à educação para população negra no Brasil é marcado profundamente pela herança escravista: por muitos anos os negros foram impedidos de aprender a ler e escrever e de cursar escolas quando estas existiam. A nossa história denota que, para os negros, só restava o mundo do trabalho, escravo ou precarizado.

Essa realidade escravista teve rebatimentos negativos na formação da sociedade brasileira, marcada pelo preconceito racial que ganhou raízes em todos os espaços institucionais, dentre os quais a escola.

A escola, com sua noção de identidade nacional ligada à cultura dominante ocidental, ignorou as múltiplas narrativas, histórias, e vozes de grupos culturais politicamente subordinados. O projeto civilizatório eurocêntrico que orientou e ainda orienta a educação formal contribui para perpetuação da discriminação racial e social, e a reafirmação de práticas racistas no âmbito da socialização e formação das crianças e jovens brasileiros.

Diante deste histórico e das lutas do Movimento Negro por reparação, igualdade de oportunidade e democratização do acesso à educação, o Estado se viu obrigado a adotar medidas para garantir o direito da população negra. Uma dessas medidas foram a aprovação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece o ensino e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, apontando alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394/1996).

Com a aprovação desta lei, a escola também se viu obrigada a revisar sua política curricular, com vistas garantir a reparação, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, reavaliando sua relação com a comunidade escolar, a construção do projeto político pedagógico e até o processo de formação de professores.

Diante desse novo contexto educacional, nos empenhamos a entender como o Centro Educacional Professor Edgard Santos – CEPES vem implementando essas mudanças curriculares, especialmente por se tratar de uma escola localizada na região do Recôncavo da Bahia e que recebe em seu espaço uma população eminentemente negra. Para chegar a este fim, nos aproximamos de uma escola pública situada na cidade de Governador Mangabeira, situada no Recôncavo da Bahia.

Nosso objetivo é analisar a questão étnico-racial na construção do projeto político pedagógico da escola, tendo como questão norteadora: A escola tem conseguido contemplar a temática étnico-racial no projeto político pedagógico?

Para realização desse trabalho, nos apoiamos na pesquisa documental. Esta é uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador recorre a documentos com o objetivo de extrair deles informações. Esta técnica requer que o pesquisador investigue as fontes e examine os documentos cuidadosamente. O que se busca é encontrar o maior número de informações possíveis, organizando-as e analisando-as dentro dos objetivos propostos.

A pesquisa documental não tem como fonte apenas os documentos escritos. Na verdade os documentos podem ser escritos e não escritos, se apresentado em forma de fotografias, vídeos, filmes, pinturas e etc. A pesquisa realizada através de documentos além de possibilitar a coleta de informações fidedignas, já que é o próprio pesquisador que manuseará as fontes e definirá quais informações serão relevantes, ainda, possibilita ao pesquisador relacionar a dimensão social com o tempo, pois os documentos carregam os significados do momento histórico no qual foram produzidos. Além da pesquisa documental utilizamos como técnicas para a coleta de dados os questionários e as fotografias. A pesquisa bibliográfica também foi importante para o construto da pesquisa.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro buscamos contextualizar a institucionalização da Lei nº. 10.630/2003, apontando a atuação do Movimento Negro nesta direção. Ainda aqui apresentamos os termos e conceitos que nortearam/norteiam as relações raciais no Brasil.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre a discussão da educação para as relações étnico-raciais, apontando a necessidade da formação dos sujeitos envolvidos no processo (gestores e educadores), bem como a importância de análise e revisão curricular para consolidação de uma transformação social.

No terceiro capítulo nos empenhamos a analisar o Projeto Político Pedagógico do CEPES. Nele analisamos o perfil do público escolar sob a ótica da instituição através da aplicação de questionários, como também sob nossa ótica, através da análise de fotografias. Essas análises preliminares consubstanciaram nosso olhar sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição.

Na conclusão do trabalho tecemos algumas considerações sobre a temática.

1. CONTEXTUALIZANDO A LEI Nº. 10.639/2003

Na urgência de se atender as reivindicações do Movimento Negro, bem como corrigir as desvantagens e marginalização criadas e mantidas por uma estrutura social excludente e discriminatória a homologação da lei nº. 10.639/2003.

Neste capítulo buscamos contextualizar a institucionalização da lei nº. 10.639/2003, apontando a atuação do Movimento Negro nesta direção. Ainda aqui apresentamos os termos e conceitos que nortearam/norteiam as relações raciais no Brasil.

1.1. O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO E A LEI Nº 10.639/2003

O acesso à educação para população negra é marcado profundamente pela herança escravista do nosso país, que persiste em nossa sociedade por meio da desigualdade até os dias atuais.

Durante o período colonial, o alfabeto era proibido nas casas grandes, sobretudo para os africanos escravizados, que estavam impedidos de aprender a ler e escrever, e de cursar escolas quando estas existiam. Somente os escravos dos padres jesuítas tinham o privilégio de frequentar os bancos das escolas, no entanto seu ensino visava apenas à “elevação moral”. Recebiam lições de catecismo e aprendiam as primeiras letras, porém eram terminantemente proibidos de ambicionar instruções média e superior.

Ferreira & Bittar (2000) apud Gonçalves e Silva (2000, p.135) revelam que “nessas escolas dos jesuítas, as crianças negras eram submetidas a um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico de caráter repressivo que visava à modelagem da moral cotidiana, e do comportamento social”.

Mais tarde, no século XIX, houve a criação de uma estratégia de instrução pública, cujo objetivo era preparar os adultos para novas modalidades de trabalho que começavam a ser introduzidas. Para tal foram criadas as escolas noturnas que tinham como público alvo o indivíduo livre e liberto, sendo proibida a presença de escravos até abril de 1879 (PAIVA, 1987; BEISIEGEL, 1974; PERES, 1995 APUD GONÇALVES E SILVA, 2000, p.135).

Em suma, as escolas noturnas representaram, no período em questão, uma estratégia de desenvolvimento da instrução pública, tendo em seu bojo poderosos mecanismos de exclusão, baseados em critérios de classe (excluía-se abertamente os cativos) e de raça (excluía-se também os negros em geral,

mesmo que fossem livres e libertos). Ainda que amparadas por uma reforma de ensino, que lhes dava a possibilidade de oferecer instrução ao povo, essas escolas tinham de enfrentar o paradoxo de serem legalmente abertas a todos em um contexto escravocrata, por definição, excludente (GONÇALVES E SILVA, 2000, p.136).

O século XX não foi diferente para população negra, agora livre e relegada ao completo abandono num cenário urbano, onde mudanças bruscas de valores e profundas transformações no mercado de trabalho demandavam novas formas organizacionais e psicossociais para se inserir na sociedade moderna. Esse cenário de grandes mudanças proporcionou o surgimento do que conhecemos hoje como Movimento Negro. Como revela Fernandes (1986) apud Gonçalves e Silva (2000, p.138).

Foi nesse contexto de mudanças sociais, favorecedor de estratégias de mobilidade social, que emergiram os primeiros movimentos de protestos dos negros com o formato de um ator coletivo moderno, que se constrói na cena política, lutando contra as formas de dominação social.

Fora nas grandes cidades e nas capitais brasileiras que as mobilizações das organizações de negros tiveram visibilidade. *“Ao contrário do que já se escreveu sobre a convivência pacífica das raças no Brasil, as relações entre elas eram, no cotidiano, marcadas por conflitos e tensões”* (CHALHOUB, 1988; FERNANDES, 1986; SCHWARCZ, 1987; AZEVEDO, 1993 APUD GONÇALVES E SILVA 2000, p.139).

Gonçalves e Silva (2000, p. 139) sinalizam que essa relação conflituosa na sociedade brasileira perdurou durante todo o século XX, destacando algumas intervenções importantes do movimento negro.

Essa tendência foi mantida praticamente ao longo de todo o século XX. Em momentos cruciais da história republicana, podemos encontrar registros dos movimentos de protesto dos negros: o mais emblemático foi o promovido pela Frente Negra Brasileira, em 1931, na cidade de São Paulo, mobilizando em torno de 100.000 militantes (Moura, 1983). Na cidade do Rio, o protesto racial se organizou em torno do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, mas isto já no final dos anos 40. Teve um papel muito importante na discussão referente à nova carta constitucional, em 1946, com a derrocada da ditadura varguista (Gonçalves, 1997). Já nos anos 80, o movimento tem um caráter nacional, reúne entidades negras de todo o país em defesa da democracia (NASCIMENTO, 1989; GONÇALVES, 1997).

As entidades ou sociedades negras tinham como objetivo fortalecer sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da

raça negra. Dentre suas bandeiras de luta, a educação sempre teve um papel de destaque, embora segundo alguns autores, concebidas com significados distintos:

Ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (GONÇALVES, 2000 APUD GONÇALVES E SILVA, 200, P.139).

Os significados da educação variavam de acordo com os contextos que fossem elaborados, como sinaliza Silva (1987) apud Gonçalves e Silva (2000, p. 139):

Naquele momento as crianças negras estavam afastadas dos bancos escolares. Desde a tenra idade eram levadas a atividades remuneradas, para auxiliar na manutenção da família. Sua formação para o trabalho era feita sob a orientação dos patrões, no desempenho das mais variadas tarefas.

O processo de escolarização dos homens negros no início daquele século, quando ocorria, se dava prioritariamente na idade adulta. Já as mulheres negras eram encaminhadas a orfanatos, onde recebiam treinamento para trabalhar como empregada doméstica ou costureira, fato que estigmatizou o lugar da mulher negra no mercado de trabalho (Idem). Como vimos, a necessidade de trabalhar afastou tanto os homens quanto as mulheres negras da escola. Porém, entidades negras não se acomodaram diante da situação. Combateram o analfabetismo e incentivavam os negros a se educarem (GONÇALVES E SILVA, 2000).

Em meio às diversas ações significativas do movimento negro brasileiro no enfrentamento e combate ao racismo, podemos destacar e considerar como um marco na história dessa luta o Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, apresentado em 20 de novembro de 1978. De acordo com Gonçalves (1997, p. 477) apud Gonçalves e Silva (2000, p. 150):

Nele, ao mesmo tempo em que os militantes declaram à nação que estão em luta contra o racismo, eles instauram o dia da Consciência Negra, repassam séculos da história dos negros no Brasil e, ainda, propõem combater o racismo onde o negro estiver. Em suma trata-se de um “testamento deixado aos herdeiros de Zumbi”. É, sem dúvida alguma, um documento histórico e sociológico de enorme importância. Articula, de forma surpreendente, o passado e o presente.

É ainda no final do século XX com a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultante das lutas dos movimentos sociais, inclusive do movimento negro, que a educação passa a ser considerada como um direito de todo cidadão brasileiro, independente de seu pertencimento racial. Em seu artigo 205, a Constituição Federal garante que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016)

Neste momento, a Constituição Federal passa a valorizar a questão da diversidade cultural na sociedade, conforme se verifica no artigo 210: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Portanto, a escola pública passa a ser também um lugar para o negro, tendo como fundamento o combate ao racismo em seus sistemas de ensino.

Outro avanço significativo nesse processo de democratização da escola foi a instituição em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que “permitiu a redefinição de papéis e responsabilidades dos sistemas de ensino, concedendo maior autonomia à escola, flexibilizando os conteúdos curriculares e estimulando a qualificação do magistério” (HENRIQUE; CAVALLEIRO, 2007, p. 213). Os autores acrescentam ainda que

A história recente do Ministério da Educação caminha no sentido de seguir estes vários princípios. O MEC na década de 1990 incorporou, ainda que de maneira incipiente, a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mais especificamente no tema transversal Pluralidade Cultural. Os PCNs representaram à época uma tentativa de evidenciar as diferenças culturais e raciais, com a perspectiva de integrá-las ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos negros (Idem, *ibid*).

Respondendo outra reivindicação dos movimentos sociais negros e às duras críticas de pesquisadores negros, o MEC publica em 1999 um livro sobre a temática étnico-racial, *Superando Racismo na Escola*, reeditado em 2005 e que nos auxilia na construção desse trabalho.

A primeira década do século XXI é marcada por grandes conquistas dos movimentos sociais negros no âmbito governamental:

A partir de 2003, sob orientação do governo Lula e em um novo quadro institucional, as políticas educacionais para a diversidade étnico-racial passaram por uma nova inflexão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi

alterada, a partir da promulgação, em 9 de janeiro de 2003, da Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório, no currículo oficial da Rede de Ensino, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras (HENRIQUE; CAVALLEIRO, 2007, p. 214).

A promulgação da Lei 10.639/2003 contemplou também a solicitação presente no Plano de Durban¹ no que se refere à promoção plena e exata da inclusão da história e contribuição dos africanos e afro-descendentes no currículo nacional. Henrique e Cavalleiro (ano 2007, p. 215) fazem o seguinte destaque:

É importante destacar a mudança estratégica definida pelo presidente Lula na coordenação da política de igualdade racial. Em agosto de 2003, o presidente Lula criou a Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (Seppir) – uma reivindicação antiga do Movimento Negro. Para essa Secretaria com status de Ministério, o presidente nomeou Matilde Ribeiro, uma intelectual negra, militante e pesquisadora. A principal tarefa da Seppir diz respeito à implementação de uma política de promoção da igualdade racial em território nacional, a partir da articulação política entre os demais ministérios, governos estaduais e municipais, bem como sociedade civil em geral. As áreas que mais têm recebido atenção desta Secretaria são trabalho, saúde, educação e comunidades remanescentes de quilombos.

Para regulamentar as alterações sofridas pela LDB, o Conselho Nacional de Educação elaborou parecer com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Para Henrique e Cavalleiro (2007, p. 215), isso “constituiu uma linha divisória na política educacional brasileira, visto que, pela primeira vez, há o tratamento explícito da dinâmica das relações raciais nos sistemas de ensino, bem como sobre a inserção no currículo escolar da história e cultura afro-brasileiras e africanas”.

O parecer teve como fim apresentar uma resposta à demanda da população afro-descendente, aplicando políticas de reparações, bem como, o reconhecimento e a consequente valorização de sua história, cultura e identidade no meio escolar.

Torna-se possível observar que as estratégias de implementação da Lei nº 10.639/2003, propiciou a concepção de mecanismos governamentais com a finalidade de promover políticas públicas voltadas ao seu público alvo. No âmbito nacional, tivemos a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Na esfera estadual, a criação

¹ O plano Durban é resultado da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban na África do Sul em 2001, com o objetivo de definir estratégias globais de combate ao racismo e à discriminação em suas distintas vertentes e manifestações.

da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Já no âmbito municipal, algumas cidades do Recôncavo Baiano também criaram seus dispositivos, a exemplo do Município de Governador Mangabeira, com a implantação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), por meio da Lei Municipal nº 361/2009, por conseguinte decretou feriado municipal no Dia 20 de Novembro. Além dessas conquistas em âmbito municipal, também conseguiu, em 2014, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) implantar o curso de especialização em História Afro-Brasileira, Africana e Indígena para diversos professores da rede municipal de ensino.

1.2. AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: TERMOS E CONCEITOS

No Brasil, vários são os termos e conceitos acerca das relações raciais, gerando divergência entre autores, estudiosos e interessados pela temática. Neste contexto, muitas são as teorias que versam sobre a questão racial no país e todas estão sujeitas a interpretações diferentes, dependendo, claro, do ponto de vista de quem as estudam.

Aqui, destacam-se os movimentos sociais, sobretudo os intelectuais negros, que visam direcionar estes debates para além de discussões, mas também termos políticos e acadêmicos, conscientizando a sociedade brasileira sobre sua realidade social e racial.

Deve-se ter em mente que a história e cultura Africana e a Afro-Brasileira não materializam nenhum tipo de destaque, fator diferente do que ocorre com a cultura européia. Assim, segundo o Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, verifica-se que “ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática”.

Portanto, a valorização da cultura européia acabou por fazer com que outras etnias, como, por exemplo, a africana, fossem relegadas à questão da inferioridade, bem como, até mesmo excluídas deste processo ensino-aprendizagem.

Segundo Gentile (2005, p. 29) “Infelizmente, a imagem que se tem da África e de seus descendentes não é relacionada com produção intelectual nem com tecnologia. Ela descamba para crianças famintas ou paisagens de safáris e mulheres de cangas coloridas”.

Diante disto, o maior passo para o ensino fora dado por meio da aprovação da Lei n. 10.639/2003, que veio a alterar a lei n. 9.394/96/1006, passando a tornar obrigatório nos

currículos escolares, principalmente os dos níveis fundamental e médio em estabelecimentos tanto oficiais como os particulares em nosso país, a inclusão da temática “História da África e Cultura Afro-brasileira”.

Assim, a legislação em comento acaba por romper qualquer ordem presente nos currículos ao trazer a materialização da necessidade do conhecimento científico totalmente contrário à superioridade da produção voltada para a cultura européia. Deste modo, o documento passa a determinar que a História da África venha a ser tratada sob uma óptica positiva, vindo a contribuir para que o discente, independentemente de sua raça, venha a valorizar a sua história, mas principalmente a história do seu povo, passando a reconhecer, de forma não discriminatória, as diferenças sociais existentes.

Os africanos e seus descendentes foram agentes históricos que ajudaram a construir o Brasil, não só com a força de seus braços, mas principalmente, com sua inteligência, sensibilidade e capacidade de luta e articulação. Os africanos deixaram fortes influências na religião, na história, nas tradições, no modo de ver o mundo e de agir perante ele, nas formas das artes, nas técnicas de trabalho, fabricação de objetos, nos modos de falar, de vestir, na medicina caseira e em muitos outros aspectos sócio-culturais da nossa sociedade (BARBOSA, 2009. p. 6).

Torna-se necessário respeitar, bem como, valorizar os conhecimentos, e, conseqüentes saberes que vieram a ser construídos tanto pelos africanos como os seus descendentes.

Para Francisca (2004, p. 03)

Apenas a lei não basta para ocorrer, de fato, uma mudança curricular em nossas escolas, na formação e na prática dos profissionais da educação. Na maioria das vezes, parece que estamos lecionando em algum país nórdico tal é a ausência da abordagem relativa à questão negra na História Brasileira, embora todos saibam que o Brasil já é o segundo país negro no mundo. Some-se ao alegado desconhecimento da lei o fato de que a nossa educação exclui sistematicamente a dimensão étnica do trabalho curricular, o art.26, da Lei 9.394/96 estabeleça que o Ensino deve levar em conta as matrizes indígena, africana e européia que contribuíram fundamentalmente para a formação do povo brasileiro.

Segundo Munanga (2007) a Lei n. 10.639/2003 veio a justificar a reparação da injustiça que fora feita todos esses anos não apenas aos negros, mas aos brasileiros como um todo, visto que a história esquecida e deturpada tem como proprietário os brasileiros, sem nenhum tipo de discriminação de cor, idade, sexo, gênero, etnia e religião.

Aqui abordaremos os termos e conceitos a partir da visão de alguns autores, que destacam nos movimentos sociais, abordando os debates sobre o tema no âmbito acadêmico e como este se reflete na sociedade e política.

1.2.1. RAÇA

Para compreensão do conceito de raça precisamos superar a compreensão originária do século XVIII, alicerçada pela ideia de raças superiores e inferiores. Atualmente os militantes e estudiosos desta temática baseiam-se na dimensão social e política do termo. Gomes (2005) nos revela que:

[...] é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala. Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha (p.45).

A utilização do termo raça justifica-se porque a discriminação e o racismo presentes na sociedade brasileira perpassam os aspectos culturais dos grupos étnico-raciais, relacionando-se também aos aspectos físicos, corporais desses grupos. Nas palavras de Gomes (2005),

[...] a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determiná-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “emotivos”. Isso de fato é lamentável, mas infelizmente existe! (p. 45-46).

Não há como negar a operacionalidade do termo raça, pois é a partir das características físicas que discriminamos e negamos direitos e oportunidades aos negros no nosso país. O parecer da Lei nº 10.639/03 nos ajuda a entender esta questão:

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é

utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (p.5).

Sendo assim, compreendemos as raças como construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico e não um dado da natureza, como assevera Gomes (2005):

É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar (p.49).

É nesse contexto onde aprendemos a perceber as diferenças que também passamos a tratar as diferenças de forma desigual. Ao hierarquizarmos as classificações sociais, raciais, de gênero e outras caímos na armadilha do racismo.

1.2.2. RACISMO

O racismo pode ser definido como um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial notável por meio de sinais, como: cor da pele, tipo de cabelo, entre outras. Ou ainda como um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na superioridade entre raças. Ou resultante da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005).

Alguns estudiosos consideram o racismo como um comportamento social presente na história da humanidade, que se expressa de várias maneiras, em diferentes contextos e sociedades. Para estes autores existem duas formas interligadas do racismo se expressar: a individual e a institucional (EDSON BORGES, CARLOS ALBERTO MEDEIROS E JACQUES D`ADESKY, 2002).

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos (Gomes, p.52).

Em sua forma institucional o racismo implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (Idem).

No Brasil, o racismo se expressa na convivência tensa entre a cultura e o padrão estético negro e africano e o padrão estético e cultural branco europeu. A presença da cultura negra e o fato de 51% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática (Parecer da Lei 10.639/93, grifo nosso).

1.2.3. ETNIA

O termo ou conceito de etnia pode ser utilizado para referir-se ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade. Também podendo ser entendida segundo Gomes (2005) como:

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000: 196).

Ou, ainda: um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios (BOBBIO, 1992: 449).

Portanto compreendendo que as diferenças estão para além da biologia, perpassando por construções sociais, culturais e políticas. Munanga (2013) destaca que o racismo hoje praticado nas sociedades modernas não precisa mais de uma formulação sobre a definição de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de

etnia, diferença cultural ou identidade cultural. Porém os oprimidos de hoje são os mesmo de ontem, e as raças de ontem são as etnias de hoje.

Torna-se importante salientar que em relação as demandas que abrangem a etnia, o movimento negro brasileiro não se limitou apenas as questões no âmbito do Estado. Assim, deve-se ter em mente que o mesmo não é estático, mas acaba por ser constituído por correntes diversas, linhas de ações que são modificadas conforme se assume modelos novos de reorganização, e, conseqüente, estratégia política de luta.

Por meio da luta, bem como, por outras reivindicações fora que o movimento negro acabou por materializar diversas discussões sobre a real necessidade de se pensar sobre a etnia, e, se introduzir conteúdos que não venham a ser discriminatórios.

E diante destas lutas promovidas pelo movimento negro nas últimas décadas, atualmente temos a possibilidade, por parte do governo, em tentar reduzir toda e qualquer disparidade socioeconômica que venha atingir as populações negra e branca em nosso país.

O que alterou na realidade são conceitos ou termos, entretanto a estrutura ideológica que pressupõe a dominação e a exclusão ficou intacta. Em virtude disso que os conceitos de identidade étnica, etnia, de ou cultural são de uso simpático para todos: racistas e antirracistas. Compõem uma bandeira conduzida para todos, apesar de que cada um a manipule e a direcione conforme suas conveniências (MUNANGA, 2013).

1.2.4. PRECONCEITO RACIAL

O preconceito é considerado como uma opinião preestabelecida, que passa a ser imposta pelo meio, isto é, pela época e educação. Assim, acaba por regular as relações de uma pessoa com a sociedade em si (Sant'Ana, 2005).

Segundo Ferreira (1986, p. 298)

Preconceito vem do latim *praeconceptu* (...) o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem levar em conta o fato que os conteste, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credores, religiões etc (...).

Para Gomes (2005) preconceito pode ser definido como:

Um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (p.54).

Assim, para Crochik (1997, p.11) afirma que

Se o preconceito não é inato, a criança pode, de fato, perceber que o outro é diferente dela, sem que isso impeça o seu relacionamento com ele. Contudo, esta percepção é dificultada, pois é sob a forma de ameaça que o preconceito é introjetado. Ou seja, incorporamos os objetos, aos quais devemos reagir preconceituosamente, através de nossas relações com pessoas das quais dependemos, e os incorporamos por medo do que aconteceria, caso assim não o fizéssemos.

O indivíduo preconceituoso é aquele que assume uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É, pois, uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições (Zilá Bernd apud Gomes, 2005).

Apreendido socialmente, o preconceito não é inato. Ninguém nasce preconceituoso. Torna-se a partir do processo de socialização que somos submetidos desde a tenra infância na família, vizinhança, escola, igreja, círculos de amizade e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos.

A existência de um sistema social racista em nosso país contribui para a perpetuação do preconceito racial e das desigualdades raciais. Por isso, faz-se necessário discutirmos a superação do preconceito, juntamente com as formas de superação do racismo e da discriminação racial.

1.2.5. DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A discriminação representa a conduta (ação ou omissão) que acaba por violar os direitos das pessoas, tendo como base os critérios considerados como injustificados e injustos, como, por exemplo, a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros (Sant'Ana, 2005).

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das visões de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que a concretizam (Gomes, 2005). Assim, é uma ação (no sentido de fazer, deixar fazer algo) que vem a resultar em uma total violação dos direitos (Programa Nacional de Direitos Humanos).

A discriminação racial acaba por trazer a distinção, restrição, exclusão ou mesmo preferências que têm como base raça, cor, descendência ou mesmo origem étnica ou nacional, tendo como objetivo ou efeito a anulação ou restrição do reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais pautados no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (Convenção da ONU/1966, sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).

1.2.6. IDENTIDADE

Diante da complexidade que orienta a discussão sobre identidade buscaremos abordar alguns conceitos do tema. Para o antropólogo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178).

Segundo Novaes (1993), a identidade só pode ser utilizada no plano do discurso e pode ser utilizada como recurso para construção de nós coletivos. Para autora, esse nós se refere a uma identidade, no sentido de uma igualdade, que não pode ser verificada na realidade, mas indispensável ao sistema de representações de um grupo social que queira buscar para si um espaço social e político de atuação.

Importante na criação de redes de relações e referências culturais dos grupos, a identidade não é algo inato. Ela alude a um modo de ser no mundo e com os outros. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais,

comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (Gomes, p.41, grifo nosso).

Ainda nesse aspecto, nenhuma identidade é construída no isolamento: ela é resultado de um processo de interação entre indivíduos, parcialmente interior e parcialmente exterior. Tanto a identidade individual quanto a socialmente derivadas são formadas nessa relação dialógica. Esse movimento é indispensável para a construção do processo identitário.

1.2.7. IDENTIDADE NEGRA

A identidade negra segundo Gomes (2005) pode ser entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Sugere a construção de um olhar de um grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Para Erikson (apud Cavalleiro, 2005, p.19)

A identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situando em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de como os outros nos vêem.

Assim como outros processos identitários, a construção da identidade negra se constrói gradativamente, num movimento dialógico, desde as primeiras relações estabelecidas na família.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) (GOMES, 2005, p.43).

É importante compreender que a identidade negra deve ir para além das dimensões subjetivas e simbólicas. Ela deve, sobretudo, ser apreendida no seu sentido político como

Uma tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (MUNANGA,1994: 187apud Gomes, 2005).

Para Adesky (2001, p.76)

(...) a identidade, para se constituir como realidade, pressupõe uma interação. A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros.

O processo de construção da identidade negra deve ser contínuo, construído cotidianamente por negros e negras nos vários espaços, institucionalizados ou não, que frequentam.

1.2.8. DEMOCRACIA RACIAL

Democracia racial consiste em uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivem em situação real de igualdade social, racial e de direitos, o que de fato não é o caso do Brasil. Dados estatísticos comprovam as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho, na saúde e nas condições de vida da população negra.

No entanto, ao longo do processo histórico, político, social e cultural do Brasil se construiu a ideia de uma convivência pacífica entre negros e brancos, apesar de toda violência do racismo e da desigualdade racial.

O mito² que abrange a democracia racial tem como base a dupla mestiçagem cultural e biológica que acaba por existir nas três raças originárias, apresentando uma maior penetração em nossa sociedade, vindo a exaltar a ideia de convivência totalmente harmoniosa entre todos os indivíduos das diversas camadas sociais e grupos étnicos, vindo a possibilitar que as elites dominantes dissimulem as desigualdades, impedindo os membros das comunidades não brancas de terem uma real consciência sobre os sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 1999).

Portanto, a desmistificação do mito da democracia racial se faz tarefa urgente para sociedade brasileira. Nesse sentido o Movimento Negro tem sido importante ator social. Suas reivindicações, junto às estatísticas e denúncias, comprovam que a nossa sociedade

²Mito com um sentido ideológico, ou seja, como uma narrativa construída com a intenção de falsear uma dada realidade.

ainda “não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais” (MOURA, 1988: 72 apud Gomes).

2. EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As mudanças imprimidas à educação brasileira no tocante à população negra não tem sido suficiente para suplantarem o preconceito racial que perpassa por cada canto do espaço escolar.

Neste capítulo nos debruçamos sobre a discussão em torno da educação étnico-racial, demonstrando os dispositivos criados para a sua concretização, apresentando a necessidade da formação dos sujeitos envolvidos no processo (gestores e educadores), bem como a importância de análise e revisão curricular para consolidação de uma transformação social.

2.1. EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Ao longo da última década, presenciou-se, nas diversas regiões de nosso País, um amplo esforço no campo da pesquisa acadêmica e das práticas de ensino no sentido de desenvolver estudos e indicar ações político-pedagógicas em torno da relação entre educação e relações étnico-raciais. Pretendo à ressignificação da formação identitária brasileira e ao enfrentamento do quadro de desigualdades históricas que coloca a população negra em condições de desvantagem estrutural no campo do acesso a direitos fundamentais, que se reflete nos mais diversos indicadores sociais, com destaque para os relativos ao mercado de trabalho e aos educacionais.

Entre as iniciativas entusiasmadas no decorrer da década passada e que idealizam um conjunto de ações para o momento presente, destaca-se a aprovação da Lei nº 10.639/2003, que, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualmente vigente, dispõe sobre a imprescindibilidade de incorporação da temática do ensino da história do continente africano e das culturas afro-brasileiras no currículo das escolas de educação básica brasileira pública e privada. Destarte, para Lopes (2006 p.260).

A naturalidade com que se opera o preconceito racial na nossa sociedade não está somente no plano da sociabilidade, mas também conta com suportes materiais para a sua veiculação. Na escola, os materiais didáticos e os conteúdos curriculares são um forte aliado da naturalização do preconceito e da discriminação racial.

Esse dispositivo legal, longe de expressar um imperativo governamental de caráter opressivo sobre o trabalho que se desenvolve no interior das escolas, sintetiza a acumulação de

mobilizações históricas realizadas pelo Movimento Social Negro ao longo de sua trajetória, especialmente no período de ascensão das lutas sociais no contexto da redemocratização do país, em finais da década de 1970³. A relevância histórica desse instrumento legal tem sido refletida por vários estudiosos das relações raciais em nosso país. Ao considerar inovador os métodos desse dispositivo no contexto das Américas, Carlos Moore (2007) assim se expressa:

Se aplicada com o requerido vigor e rigor, essa medida poderia ter um impacto permanente nas consciências das gerações vindouras. A implementação dessa Lei pioneira abriu uma nova porta para a sociedade inteira reavaliar as bases da fundação do Brasil, como entidade histórica nos tempos modernos, e reconsiderar as relações étnico-raciais nele travadas. Desse modo, poder-se-ia enxergar a Nação brasileira por meio da experiência da população que conforma hoje a metade do País, e não somente, como até então vinha acontecendo, por meio da experiência da população brasileira de origem europeia (MOORE, 2007, p. 27).

Ao conferir destaque a iniciativas no âmbito da formação de professores para a educação das relações étnico-raciais a partir do que dispõe a referida Lei, o artigo, num primeiro estante, reflete sobre a importância do protagonismo histórico do Movimento Social Negro brasileiro ao apresentar essa demanda à sociedade no contexto da redemocratização do País.

Portanto, se reconhece nas ações desenvolvidas pelo movimento uma espécie de fonte do direito já abordada pela doutrina. Assim, a demarcação do ponto de partida se torna imprescindível para uma maior reflexão sobre a demanda, que acaba por se expandir para as instituições de ensino superior, buscando sempre o reconhecimento e também legitimidade em relação aos programas voltados para a educação em nosso país.

Por meio dessas considerações sobre as Diretrizes Curriculares materializadas na Lei nº 10.639/03 se direciona para uma reflexão acerca dos desafios para a formação do docente como uma atividade pedagógica crítica.

Assim, para se fundamentar a real compreensão sobre as relações de ensino e aprendizagem vivenciadas nas instituições escolares que materializam conteúdo conformativo, acaba-se por apresentar desafios ao currículo de formação de professores, bem como, as atividades pedagógicas.

³ Uma abordagem panorâmica da atuação do Movimento Social Negro brasileiro que confirma essa assertiva pode ser encontrada na obra organizada por Alberti e Pereira (2007), que se fundamenta em depoimentos de lideranças reconhecidas do Movimento para apresentar a trajetória de organização e luta do Movimento em torno de questões ao longo desse período.

Neste contexto, um dos principais objetivos do presente documento se fundamenta na incorporação da temática história e culturas afro-brasileiras nos currículos escolares, que segundo Munanga (2005, p.16, 17).

(...) a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Importante salientar que o documento tem como objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, que devem se pautar na formação de atitudes, bem como, posturas e fatores que acabam por educar.

[...] cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

No que tange as questões raciais a nova LDB mesmo com as pressões dos movimentos sociais e Movimento Negro, acrescentou somente de modo raso o quesito das relações raciais mantendo o discurso da democracia racial.

Encontrado somente no artigo 26º que trata da educação básica do seguinte modo: § 4º *O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.* A justificativa era de que tratar de modo específico da população negra reproduziria o discurso de segregação racial. Alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases versão original do texto em 2003:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º. O Conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

O acréscimo deste artigo na LDB significa a conquista de um novo ‘lugar político e social’ para o movimento negro, em especial no campo educacional. A posição dos legisladores responsáveis na pela elaboração da LDB, no momento de sua construção justificava a não necessidade da inclusão de uma lei específica para as questões raciais primeiro levava em consideração o critério miscigenação o que apaga a ideia de raça na consolidação das desigualdades raciais; segundo a meritocracia onde o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso e fracasso anulando os fatores históricos; terceiro o fator raça aparece de modo separado das questões de classes e por último o não reconhecimento dado aos movimentos negro. (LOPES 2006)

O discurso da Democracia Racial é algo que se faz presente na sociedade brasileira de inúmeras maneiras. Para parecer que não havia desigualdades raciais no Brasil, uma das bases que fundamentou essa ideia foram as primeiras produções historiográficas de Gilberto Freyre, baseadas na mistura das raças que deu origem ao povo brasileiro (LOPES 2006).

Portanto, ideia da Democracia Racial não deixa parecer e perceber as diferenças e desigualdades raciais na sociedade brasileira, dando a entender a negros, indígenas e não negros a se verem como iguais. Segundo, Gomes (1997. p. 34):

A primeira contribuição refere-se à denúncia de que a escola reproduz o racismo presente na sociedade. A segunda contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro refere-se à ênfase no processo de resistência negra. A terceira contribuição refere-se à centralidade da cultura. A quarta contribuição diz respeito à existência de diferentes identidades, discutindo o caráter homogeneizador da escola brasileira.

A educação para o Movimento Negro deverá ter uma atenção em especial por entender que esta esfera das políticas públicas é indispensável para o combate ao racismo, e local estratégico para a organização de um grupo historicamente marginalizado.

2.2. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Como objetivo de analisar as mudanças curriculares nacionais a partir da Lei nº 10.639/03 e seus impactos no ensino educacional. Neste momento faremos as seguintes abordagens: perceber como a LDB pautava as relações étnico-raciais antes da promulgação da Lei nº 10.639/03, apresentando as causas de suas demandas e sua relevância para a educação e população negra brasileira.

Apresentar as mudanças e perceber quais aspectos modificaram as diretrizes curriculares a partir da promulgação da lei; compreender/diagnosticar como o documento diretrizes de base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada buscou implementar a lei 10.639/03.

Assim, fazer uma reflexão sobre a estrutura curricular da educação brasileira é perceber como os projetos: Políticos, Sociais, Econômicos e Culturais estavam pautados em uma educação elitista e eurocêntrica ou meramente assistencialista⁴.

É pela importância dos currículos e suas relações de poder que os Movimentos Negros veem nele um espaço fundamental para a implementação de políticas de Ações afirmativas. Sobre o currículo Lopes nos diz:

Os currículos não são elementos neutros e desinteressado transmissão de conteúdos do conhecimento social. Ele esteve presente imbricado em relações políticas de poder e de controle social sobre a produção desse conhecimento e, por isso, ao transmitir visões de mundo particulares, reproduz valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, de sujeitos sociais. (LOPES, 2006, p.43).

Segundo Freire (2001, p. 21-22), a escola democrática deverá levantar uma bandeira de luta para todos os que se encontram envolvidos na defesa da educação, principalmente em relação a um espaço livre, vindo a constituir um ambiente fecundo, que proporcione discussões sobre as problemáticas do povo, bem como, a incorporação de reflexões em uma dimensão curricular, que conduza a valorização dela.

É por compreender o currículo como um espaço das relações de poder do Estado e construção de Identidades Individuais e Sociais dos sujeitos, se faz necessário à implementação das políticas de Ações Afirmativas⁵.

⁴ A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra ordem dos bons costumes. (Documento Base: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO de 2008.)

Assim como na estrutura curricular a lei se torna um elemento obrigatório é preciso perceber como esta se manifesta nas diversas disciplinas (LOPES, 2006).

[...] escola deve ser considerada não apenas o espaço para a apropriação do saber sistematizado - como entendem algumas concepções pedagógicas - mas também o espaço de reapropriação da cultura produzida pelos grupos sociais e étnicos excluídos [...] a escola deve deixar de ser o espaço e negação dos saberes para enfatizar a afirmação da diferença, num processo em que os indivíduos e grupos sejam aceitos e valorizados pelas suas singularidades, ao invés de buscar a igualdade pela tentativa de anulação e interiorização das diferenças (LOPES, 1997a, p. 25).

Neste sentido, verifica-se que o histórico apresentado pela Lei n. 10.639/03 traz consigo a questão das raízes africanas de nossa sociedade, abrangendo nossa os milhões de homens e mulheres que vem a sofrer com a descriminalização.

Assim, além do trabalho escravizado acabaram por trazer sua cultura, costumes e religiões. Deste modo, um dos elos mais importantes da construção de uma identidade nacional é fundamental “para a compreensão da história do país.” (SILVA, 2011, p. 38).

Portanto, a Lei n. 10.639/03 deve ser considerada como a materialização das representações coletivas e sociais de nossa cultura afro-brasileira no que diz respeito a metodologia a ser utilizada nas instituições escolares.

Sendo resultado de uma conquista histórica do povo como um todo, tornando-se indispensável que a escola se aproprie desse instrumento para potencializar a discussão em torno da cultura afro-brasileira, de modo a permitir o empoderamento da maioria negra que ocupa as cadeiras das escolas públicas. Nesta direção, o projeto político pedagógico se apresenta como uma importante ferramenta de transformação social se bem planejado e condizente com a realidade local.

⁵ “Ações Afirmativas é, pois, a denominação geral de uma ampla rede de programas destinados a superar os efeitos da discriminação passada, promover ações compensatórias e, assim, promover oportunidades iguais para grupos que foram historicamente discriminados de forma negativa (Ribeiro, 2003, p.86. Apud: Ribeiro, 1997, p. 165-166).

3. UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola revela-se como um dispositivo indispensável na implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

Neste capítulo nos empenhamos em analisar o PPP do Centro Educacional Professor Edgard Santos - CEPES, situado na cidade de Governador Mangabeira, no Recôncavo da Bahia, apontando como a escola tem se comportado no tocante à implementação/consolidação das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e refletindo sobre os impactos disso para a formação do seu público.

3.1. CARACTERIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA

A escola onde o presente estudo se desenvolveu foi criada pelo decreto nº 6.981 em 1978. A princípio, a escola estava autorizada a trabalhar apenas com turmas do Ensino Fundamental II. Somente em 2001 foi liberada sua licença para implantar o Ensino Médio. Funcionando nos três turnos, hoje com apenas turmas do ensino médio, sua população é de aproximadamente 758 alunos, incluindo o anexo que funciona na zona rural.

A escola atende aos requisitos mínimos para o seu funcionamento: possui terreno com uma área de 4.025 m², sendo 1.567.46 m² de área construída. Nessa área encontra-se 14 salas de aula, sala de informática climatizada com computadores conectados a rede, quadra poliesportiva, sala de leitura, sala de vídeo e uma ampla área de convivência, além de dispor de recursos audiovisuais: TV pendrive, datashow, vídeo, retroprojeto e televisão.

A escola, como a maioria das escolas públicas, enfrenta problemas para desenvolver suas atividades, primeiramente porque sofre déficit no quadro de funcionários, falta de professores em algumas disciplinas, por sinal, disciplinas importantes, o que acaba prejudicando os (as) alunos (as).

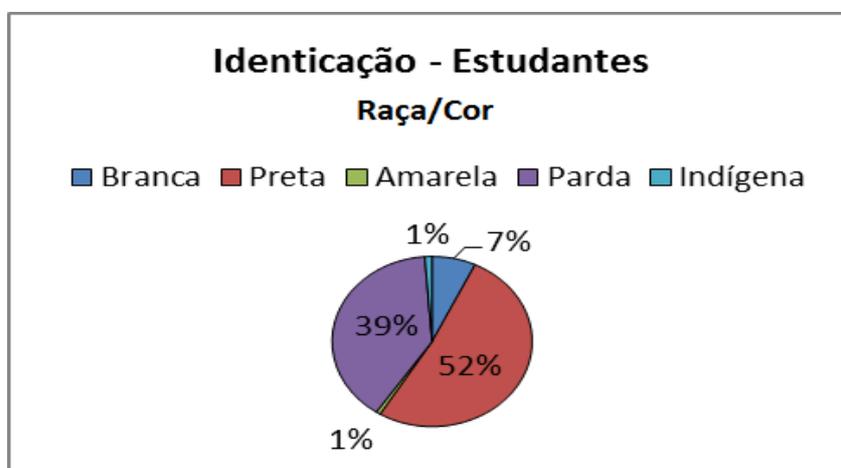
Mesmo diante de algumas dificuldades, a escola tem buscado a sua superação, a começar pela adoção, por parte da direção, de uma gestão democrática. Algumas pessoas ainda não conseguiram compreender a dimensão dessa proposta, mas aos poucos, professores, pais e alunos estão se aproximando mais da direção e contribuindo para a construção de um espaço em que o processo de ensino-aprendizagem seja de fato efetivado.

3.2. COMO A COMUNIDADE ESCOLAR SE IDENTIFICA

Para a realização do presente trabalho, fora buscado entender como é o trabalho desenvolvido da escola, e, como esta, se identifica. Nesta direção, três fatores se fizeram importantes para que pudéssemos chegar a esse entendimento: idade, sexo e raça/etnia.

Foram abordados os estudantes, professores e demais funcionários da escola. Entre os estudantes foi possível perceber que a maioria se auto-identificou como preto (52%) e pardo (39%), denotando a existência de um público alvo eminentemente negro. Observemos o gráfico abaixo:

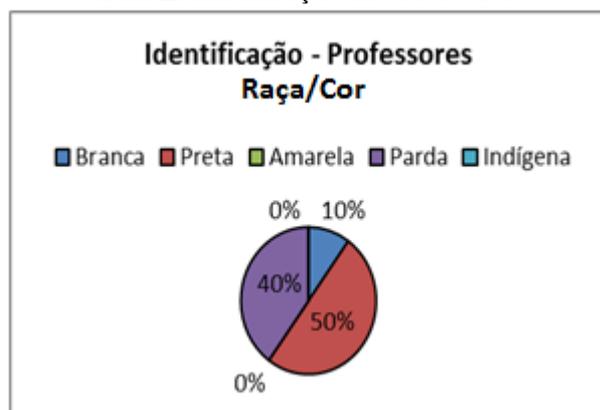
Tabela 1: Identificação dos Estudantes - Raça/etnia



Fonte: produzido pelas autoras

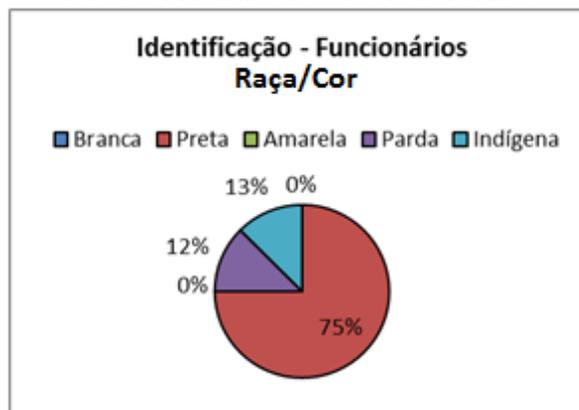
Do mesmo modo ocorreu com os professores e demais funcionários da escola, conforme os gráficos abaixo. Em relação aos professores, a maioria também se auto-identificou como preto (50%) e pardo (40%). No que concerne aos outros funcionários, esse número aumentou: a maioria se auto-identificou como preta (75%).

Tabela 2: Identificação dos Professores



Fonte: produzido pelas autoras

Tabela 3: Identificação dos Funcionários



Fonte: produzido pelas autoras

Esses dados são representativos para a construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple a questão racial como um eixo de atuação, que seja comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais apresentadas pela comunidade escolar. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico deve adaptar seus planos em decorrência das necessidades que a instituição apresenta na realidade, ou seja, deve-se construir um projeto que seja voltado à realidade vivenciada pelos (as) alunos (as), professores (as) e funcionários (as), como também, de acordo com o cotidiano e as culturas locais.

Para Carbonell (2002, apud Veiga2003), algumas características que o projeto político pedagógico apresenta é a inclusão a fim de atender a diversidade de alunos, sejam quais forem sua procedência social, necessidades e expectativas educacionais; projeta-se em uma utopia cheia de incertezas ao comprometer-se com os desafios do tratamento das desigualdades educacionais e do êxito e fracasso escolar.

3.3. COMO IDENTIFICAMOS A COMUNIDADE ESCOLAR

Neste ponto, nos preocupamos em apontar nossa compreensão da comunidade escolar a partir de registros fotográficos realizados durante as visitas à instituição. Visando manter o sigilo dos sujeitos da pesquisa, as imagens não serão expostas neste escrito, servindo prioritariamente para a nossa análise em torno do perfil étnico dos sujeitos.

Em Goffman (1988), encontramos um conceito importante em torno da construção da identidade social dos sujeitos. O autor entende por identidade social a categoria e os atributos inerentes a cada pessoa, visíveis nas relações sociais: é a imagem que o indivíduo apresenta sobre si no trato social, apontando a existência de uma identidade social virtual – categoria e atributos que o indivíduo deveria ter – e da identidade social real – categoria e atributos que o indivíduo realmente possui.

A partir da análise das fotografias observamos que o público feminino é maioria na escola, tanto entre os alunos, como entre professores e servidores. No entanto, essa peculiaridade não foi observada na construção do projeto político pedagógico, pois, a questão de gênero é deixada de lado.

Quanto às características físicas e atributos inerentes aos indivíduos que compõe a comunidade escolar, o que pudemos observar é que eles de fato são negros, ainda que apresente

sua identidade social virtual voltada para o embranquecimento, o que fica explícito no grande número de adeptos de cabelos alisados e escovados.

Esse conflito entre a identidade social virtual e identidade social real no Brasil vai ser fortalecido tanto pelos processos de educação formal, quanto o não-formal e especialmente pelos sistemas de comunicação e televisivo, gerando sistemas de imagens, de representação, de gestos e de comportamentos esquizofrênicos e avessos à realidade concreta (ANTONIO, 2015).

Isso incide negativamente na construção e fortalecimento de uma identidade negra, compreendida aqui como uma tomada de consciência de um grupo étnico-racial tanto em sua dimensão subjetiva e simbólica, quanto política.

3.4. DIALOGANDO COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é parte integrante do currículo escolar e, como tal, não pode ser analisado como um elemento neutro. De acordo com Veiga (1995), o PPP vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, de um produto meramente ilustrativo que deve ser apresentado como prova de cumprimento de uma tarefa burocrática. Ele é

[...] uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (p. 12-13).

Uma das finalidades para o desenvolvimento do projeto político pedagógico é formar cidadãos participativos, críticos, criativos, responsáveis e comprometidos, além do desejo de transformar a escola num local democrático, onde todos os segmentos tenham livre participação para melhor construção da educação.

A LDB (lei nº 9.396/1996) assegura a (re)elaboração e implementação do projeto político pedagógico, garantindo a participação da comunidade escolar na construção e efetivação do projeto nas escolas. Como diz Vasconcelos (2004), o projeto é um instrumento para construção de uma educação democrática e de qualidade, definindo-o como

O plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se

quer realizar... Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade (VASCONCELOS, 2004, p.17).

Esse é um documento importante para a construção de uma educação de qualidade, pois é por meio deste que são definidas as ações de mudanças que as escolas querem proporcionar aos indivíduos envolvidos. Em síntese, a criação do PPP requer dedicação e compromisso de todo o coletivo para uma construção democrática e legítima, na expectativa de estimar por um futuro melhor.

Ocorre que, na prática, a construção do PPP surgiu como uma demanda imposta pelo Ministério da Educação. A construção verticalizada do PPP (uma demanda apresentada pelo MEC e não levantada pela comunidade) acarreta um sentimento de não pertencimento. Sendo uma demanda obrigatória trazida pelo MEC, à comunidade escolar só resta o seu cumprimento.

No CEPES não ocorreu diferente. Ao analisar o PPP da escola, é possível perceber a dificuldade de a comunidade escolar readaptá-lo à realidade local, deixando de fora de suas arenas discussões que podem contribuir sobremaneira para a formação dos sujeitos alvo do ensino. Isso acaba por transformar o PPP numa ferramenta de prestação de contas em vez de instrumento de condução do fazer pedagógico. Importante sinalizar que o PPP do CEPES está desatualizado, o que denota mais uma vez a sua adoção somente para cumprimento de tabela.

É necessário destacar que o processo de construção/adaptação do PPP precisa envolver toda a comunidade escolar, o que ocasionalmente não ocorre, também em decorrência desse sentimento de não pertencimento. Esse é também um dos desafios que as instituições de ensino precisam superar, pois a construção democrática do projeto contribui para o delineamento de ações que de fato façam sentido na vida dessas pessoas, portanto, condizente com sua realidade.

A proposta metodológica do CEPES está baseada em “uma educação que vise atender às demandas da comunidade, possibilitando ao aluno uma formação voltada para a sua inserção no mundo globalizado, como sujeitos éticos, estéticos, políticos, culturais, de memória e identidade” (PPP CEPES 2010-2013, p. 05). Entretanto, verificamos no decorrer do documento pouco trato com a realidade local, especificamente no que se refere à educação do campo, educação étnico-racial e discussão de gênero. Vale ressaltar que a maioria dos seus alunos é negra e originária de comunidade rural. Tudo isso reflete consideravelmente no direcionamento político-pedagógico da escola e, conseqüentemente, na formação pessoal e profissional dos estudantes.

Ao ignorar a realidade local, a escola se exime de trazer à tona as questões centrais que permeiam a vida de seu público alvo: pessoas negras, pobres, oriundas em sua maioria da zona

rural, para os quais as chances de sucesso escolar e profissional são atravessadas por uma série de dificuldades, dentre elas o preconceito racial. Esta questão nos remete às considerações de Lopes (2006).

Ao observar alguns dos instrumentos do currículo escolar ao longo da história da educação no Brasil, a autora aponta que os conteúdos estabelecidos pelo currículo escolar não ratificam a presença do negro como uma das matrizes essenciais na constituição do povo brasileiro. Isso ocorre porque, para ela,

[...] o currículo não é um elemento neutro e desinteressado na transmissão de conteúdos do conhecimento social. Ele esteve sempre imbricado em relações políticas de poder e de controle social sobre a produção desse conhecimento. Por isso, ao transmitir visões de mundo particulares, reproduz valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, de sujeitos sociais. (LOPES, 2006, p. 16).

Para a autora, o currículo que é passado aos alunos acaba por ir muito além dos conteúdos que são realmente escolhidos pelos professores para serem ministrados. Assim, existe uma espécie de “currículo oculto” diante do oficial. Para Lopes “Ele inclui conteúdos não ditos, valores morais explicitados nos olhares e gestos, apreciações e repreensões de condutas, aproximações e repulsa de afetos, legitimações e indiferenças em relação a atitudes, escolhas e preferências” (2006, p. 17). Nesta esteira,

Expressões que denotam preconceito racial estão de tal forma impregnadas na nossa sociabilidade que já ficaram naturalizadas no nosso cotidiano, como padrão predominante de comportamento social e, por isso mesmo, nos obrigam a ampliar a observação e a interferência nessas situações (LOPES, 2006, p. 22).

Ao analisarmos a Visão Estratégica e os Valores trazidos no PPP, notamos que os usuários da escola são apresentados como clientes. Termo que aparece esdruxulamente, pois, como estamos tratando de uma instituição pública e gratuita não caberia ali a utilização do termo.

Mais uma vez voltando ao PPP da escola, visualizamos que a questão étnico-racial é tratada apenas como um item obrigatório do currículo quando, do nosso ponto de vista, deveria ser tratado como um tema transversal, uma vez que a educação étnico-racial está para além do ensino de uma disciplina de história da África. Isso denota que a escola tem dificuldade em reconhecer-se como um espaço de/para negros.

Segundo Santos (2005, p. 21-22) a valorização da educação formal foi uma das formas utilizadas pelos negros para uma ascensão social. Assim, eles acabavam por compreender que sem a educação formal dificilmente obteriam uma mobilidade vertical individual ou coletiva, em uma sociedade que se encontra em pleno processo de modernização.

Diante disto, faz-se mister destacar a militância dos intelectuais negros quando apontaram a responsabilidade da escola na perpetuação de desigualdades sociais, bem como, de uma cultura eurocêntrica que vem a desqualificar o continente africano e também inferiorizar racialmente os negros. Assim, segundo Nascimento, tanto para o militante como para o intelectual negro, “[...] em todos os níveis do ensino brasileiro [...] todas as matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos”. (NASCIMENTO, 1978 apud SANTOS, 2005, p. 23).

A aplicação da lei 10.639/03 nos espaços escolares tem o papel de resgatar a memória da luta dos negros e a valorização da sua participação na formação da sociedade brasileira. O autor aponta ainda a importância de trabalhar em sala de aula, as trajetórias históricas da população negra e do movimento negro na história do Brasil:

Creio que tão importante quanto levar para a escola básica a história da escravidão seja, nesse processo, inserir e enfatizar nas aulas as histórias das *lutas contra a escravidão* em nosso país, as histórias das lutas dos movimentos negros e suas diferentes implicações para a formação de nossa sociedade. (PEREIRA, 2012, p.118-119).

Ainda resgatando os estudiosos que tratam do sistema educacional brasileiro, podemos perceber que mesmo diante das mudanças impetradas, a escola perpetua práticas discriminatórias. De acordo com Cavalleiro (2005), o sistema educacional brasileiro, da mesma maneira que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias, que engendram um cotidiano escolar pernicioso para o desempenho e desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças e adolescentes, em especial as consideradas “diferentes”.

Assim os currículos são partes dos discursos e práticas das normas formativas educacionais que são estabelecidas dentro dos espaços escolares, representando concepções de mundo para seus alunos, defendendo os interesses dos agentes que operam o sistema educacional e dos seus agentes integrantes. Ainda com o olhar sobre a escola, a autora

pontua: “as Escolas devem ser pensadas como fronteiras, entendidas como Bhabha nos lembra: “lugar onde algo começa a se fazer presente”. (OLIVA. 2012. p. 36-37)

Desse modo, percebemos que pensar as representações no ensino de história afro-brasileira, principalmente no que se a refere à Lei 10.639/03, se torna uma fundamentação base para a construção da identidade que se quer obter no processo de ensino-aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desconstruções contidas nas representações sociais do negro significam valorizar suas potencialidades e garantir um espaço na sociedade. Daí a importância da educação étnico-racial aparecer como uma questão transversal no currículo escolar.

Durante a prática cotidiana escolar, muitos obstáculos se apresentaram para a não prática de uma educação voltada para o respeito e alteridade, mas a partir do momento em que houver o exercício de se colocar no lugar do outro damos ao ‘outro’ ver a si próprio verá a si próprio, ‘consequentemente, ao seu outro como igual’. “Como potencialmente capaz e então teremos condições de construir uma democracia social e uma verdadeira democracia racial”. (SILVA, 2011. p.140).

A Lei 10.639/03 é uma importante ferramenta obrigatória para a prática de tais exercícios na construção de uma sociedade mais justa e quem sabe alcançar o que seria a verdadeira *democracia racial*. O respeito ao *Outro*, seja ele quem for, tornar-se-ia ato rotineiro. Essa é uma das obrigatórias articulações que devemos fazer. (OLIVA. 2011).

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (Conselho Nacional de Educação, 2004).

Sendo assim torna-se comum acordo não pensarmos mais a sociedade brasileira como portadora de um único padrão cultural. Pois o multiculturalismo passa a entrar oficialmente no cenário da educação coma LDB de 1996, nos PCNs, Étnico – Raciais e na promulgação das Leis federais 10.639/03, além das Diretrizes Curriculares Nacionais relacionadas ao ensino de História da África e à Educação Étnico-Racial.

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, busca garantir a aplicação da lei em todos os níveis de ensino bem como, orientar como os currículos devem trabalhar os conteúdos de maneira positiva a história da população negra brasileira e africana.

Além da criação de diretrizes curriculares voltadas para a temática racial, a aprovação desta lei também modificou o cenário da formação do professor, pois para este profissional que estar diretamente em sala e no papel de agente norteador na formação do conhecimento tem a necessidade de uma formação paralela da qual foi adquirida em sua formação inicial. Estando garantido em um dos seus pontos sobre as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações

Inclusão de discussões da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto de cursos de licenciatura para a educação infantil, os anos iniciais e finais da educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, como de processo de formação continuada de professores, inclusive de docentes do ensino superior (BRASIL, 2004.p.507).

Desse modo, não podemos negar que as mudanças causadas nas leis educacionais significaram um avanço para a população negra no que concerne ao reconhecimento e valorização da sua participação na formação da sociedade brasileira. Conseqüentemente, essas medidas trouxeram significativas transformações para o cotidiano do currículo escolar. Resta-nos superar as nossas dificuldades na direção da implementação eficaz destas leis, permitindo aos jovens a possibilidade do auto-reconhecimento e valorização da sua condição de negro, sem reproduzir estereótipos e práticas “auto-racistas”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Carlindo Fausto. **Racismo à brasileira: a perspectiva totalitária da branquitude.** In: *África e Brasil: História, Cultura e Educação.* Org. MORAES, Leandro Eliel Pereira. POMAR, Valter e BUENO, Adriano. São Paulo: Página 13, 2015. p. 366-398.

BRASIL. **Estimativa da população 2014.** In: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 20/01/2016.

Lei Federal Nº 7.716 de janeiro de 1989. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 12/01/2016.

Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 02/11/2015.

Relatório das Ações do ano de 2013. In: SEPROMI - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE. Governador Mangabeira: SEPROMI, 2013-2014.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Parecer CNE/CP 3/2004. D.O.U. de 19 de maio de 2004.

GOMES, Nilma Lino. **A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro.** In: SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. de Assunção (Org). *O Pensamento negro em educação no Brasil: expressões do Movimento Negro.* São Paulo: Ufscar, 1997.

_____. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03* / Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-61.

_____. **As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas.** In: *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03* / Nilma Lino Gomes (org.). 1. ed. -- Brasília : MEC ; Unesco, 2012. p. 19-33.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação.** In: *Revista Brasileira de Educação*, nº. 15, set/out/nov/dez, 2000, p. 134-158.

HENRIQUE, Ricardo. CAVALLEIRO, Eliane. **Educação e Políticas Públicas Afirmativas: Elementos da agenda do Ministério da Educação.** In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Sales Augusto dos Santos (Org.). Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

LOPES, Ana L. **Currículo, escola e relações étnico-raciais**. In: Educação – africanidade – Brasil. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

LOPES, Maria José. **Pedagogia multirracial**. In: LIMA, Ivan Costa (Org). *As ideias racistas, os negros e a educação*. Florianópolis/NEN, nº 1, 1997 a. (Série Pensamento Negro em Educação).

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 05/11/03.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras**. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, Ano 2012.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história**. *Revista História*. Hoje, v. 1, nº 1, Ano-2012.

SANT’ANA, Antonio Olimpio de. **História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados**. In: Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002 (cadernos Pedagógicos do Libertad, 1)

_____. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projetopolítico-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 11-35.

_____. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. p. 267-281. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>>

_____. **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico.** Campinas: Papirus, 2007.

ANEXO

"O principal objetivo da educação é criar homens capazes de fazer coisas novas não simplesmente de repetir o que outras gerações fizeram, homens criativos, inventivos, descobridores" Piaget

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Projeto Pedagógico do Centro Educacional Professor Edgard Santos é uma construção coletiva que engloba os vários segmentos educacionais sistematizados ou não, na perspectiva da construção da cidadania a partir da análise e do conhecimento do espaço de vivência dos alunos.

VEIGA (2001), define o Projeto Político Pedagógico assim: “Etimologicamente o termo projeto - *projetare* – significa prever, antecipar, projetar o futuro, lançar-se para frente.” Diante dessa afirmação entendemos que elaborar o Projeto Político da Escola é lançar mão de todos os instrumentos de reflexão para antecipar as possibilidades de avanço, de crescimento da comunidade escolar em todos os aspectos, na expectativa de dimensionar o futuro de forma significativa, embora compreendendo que a flexibilidade do Plano é imprescindível para atender as demandas do percurso.

Este Projeto Político Pedagógico explicita a filosofia do Colégio Estadual Professor Edgard Santos, que se pauta no respeito à diversidade cultural, religiosa, política, econômica, social e na formação do sujeito centrada nas diversas abordagens do processo educativo, que permite o desenvolvimento da sua consciência crítica, das habilidades e competências necessárias para a construção da sua aprendizagem.

Este documento também harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a comunidade escolar.

Concordamos com VEIGA (2001:33), quando afirma “É preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como uma reflexão do seu cotidiano. Para tanto, ele precisa de um tempo razoável de reflexão-ação, para se ter um mínimo necessário a consolidação de sua proposta”. Assim, não se pode esperar uma consolidação das propostas previstas neste Projeto sem a efetiva validação dos envolvidos no processo, num movimento de ação-reflexão-ação, uma vez que é próprio de sua natureza esse dinamismo, como afirma MARQUES apud SILVA (2000) “O projeto político pedagógico tem um caráter dinâmico e não acontece porque assim desejam os administradores, mas porque nos preocupamos com o destino das nossas crianças, da escola e da sociedade e ansiamos por mudanças.”

Portanto, o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Professor Edgard Santos abarca as inovações pedagógicas propostas pela Rede Estadual de Ensino, com foco na construção de um percurso educativo de direito, com qualidade e sem interrupções, enquanto desafio para toda a comunidade escolar.

No Colégio Estadual Professor Edgard Santos dissemina-se consciência, por parte dos educadores e da Comunidade Escolar desta U.E., de que este documento representa apenas um germe de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos, uma vez que comungamos da idéia de que nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar a dinâmica da história.

Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.

**"É fundamental diminuir a distância
entre o que se diz e o que se faz, de tal
forma que, num dado momento, a tua
fala seja a tua prática."**

(Paulo Freire)

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

O Centro Educacional Professor Edgard Santos, situado à rua Manoel Machado Pedreira, s/n, funciona em regime de três turnos oferecendo os cursos de Ensino Fundamental II, Curso de Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio. Possui cerca de 1005 alunos matriculados nos três turnos. O corpo Administrativo é composto por 01 Diretora, 02 vices–Diretora, 01 Coordenadora Pedagógica, 02 Assistentes de Secretaria, 02 porteiros, 02 auxiliares de serviços gerais e 01 merendeira.

O espaço físico da escola é todo murado, composto de 17 salas de aula; 01 diretoria; 01 sala para os professores; 01 sala de multimeios; 01 cozinha; 01 depósito; 07 banheiros de alunos; 02 banheiros de funcionários; 01 pátio coberto; 01 pátio descoberto; 01 secretaria; 01 quadra de esportes e bastante área livre.

Possui um quadro de profissionais com bom nível de formação, na sua maioria graduados e alguns com especialização e mestrados na área em que atuam. Os alunos são advindos da classe de baixa renda, da zona rural e urbana, apresentando dificuldades de leitura, escrita e numeração (contagem); baixa–estima e afetividade pouco desenvolvida.

O Colégio Estadual Professor Edgard Santos oferece Ensino Fundamental de 5.^a a 8.^a série, Ensino Médio Regular e EJA – 3º Tempo Formativo – Aprender a fazer, nos turnos matutino, vespertino e noturno, caracterizando-se como Escola de Porte Grande pelo número de alunos regularmente matriculados e atendendo ao disposto nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e

no Estatuto da Criança e do Adolescente, observadas, em cada caso, nas portarias e determinações do Conselho Estadual de Educação – CEE,

É posto informatizado de matrícula, com o numero 501. É a maior escola do município no que se refere ao número de alunos e professores e uma das mais importantes da região pelos projetos que desenvolve com a comunidade estudantil, pelo nível de formação dos seus docentes e pelo reconhecimento da população. A dimensão dessa importância é visível pela preferência da população, desde o seu entorno às localidades mais distantes, conforme endereços constantes nas pastas dos alunos atualmente matriculados.

O Colégio Estadual Professor Edgard Santos sustenta sua ação educativa, fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar.

A proposta é uma Escola de qualidade, democrática, e participativa, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do/a educando/a visando também prepará-lo/a para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção".

Paulo Freire

VISÃO ESTRATÉGICA

Nossos Valores

- **Respeito mútuo** - Respeitamos os direitos de cada pessoa que faz parte da nossa comunidade escolar
- **Compromisso** - Valorizamos nossos clientes com um trabalho que conduza a um melhor desempenho na sociedade
- **Cidadania** – Proporcionamos oportunidades iguais a todos os nossos colaboradores e clientes

Nossa Visão de Futuro

Seremos uma escola que proporciona um espaço aberto para que o aluno adquira, construa e questione conhecimentos, habilidades e competências, permitindo-lhe atuar como cidadão crítico e participativo na sociedade local/ global.

Nossa Missão

A Missão de nossa escola é empreender ações no sentido de assegurar aos alunos a aquisição/produção de conhecimentos, habilidades e competências

necessárias para a formação da sua cidadania, percebendo-se como cidadãos ativos e co-autores do saber, capaz de questionar o mundo a partir de sua realidade e transformá-lo num espaço de vivência mais justo e humano.

Nossos Objetivos Estratégicos

- Assegurar um melhor índice de aprendizagem dos alunos da Escola
- Fortalecer a Gestão democrática da Escola
- Prover a Escola de recursos tecno-pedagógicos

Localidades Atendidas

Zona Rural

25. Aldeia	10. Jacaré Grande	29
26. Bananeiras	11. Jacarezinho	. Quixabeira
27. Barroada	12. Lagoa da Rosa	1. Retiro
28. Bonsucesso	13. Laranjeiras	2. São José
29. Brejos	14. Mão Divina,	3. Sungaia
30. Caatinga Seca	15. Marimbondo	4. Tabuleiro da Baiana
31. Carpina	16. Meio de Campo,	5. Tocos I
32. Carro Quebrado	17. Palames	6. Tocos II
33. Cipoal	18. Pau Ferro	7. Tocos III
34. Encruzo	19. Pernambuco	8. Torto
35. Furtado	20. Portão	9. Quixabeira 2
36. Gameleira	21. Posto Águia	
37. Gravatá de Baixo	22. Posto Sanca	
38. Gravatá de Cima	23. Queimadas	

Zona Urbana:

Todos os bairros e ruas

Outros Municípios:

Muritiba

Geolândia

PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica do COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EDGARD SANTOS leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN/ PCNEM e as Deliberações do Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia.

A metodologia de ensino do CEPES está baseada na proposta de uma educação que vise atender às demandas da comunidade, possibilitando ao aluno uma formação voltada para a sua inserção no mundo globalizado, como sujeitos éticos, estéticos, políticos, culturais, de memória e identidade; planejada com base no conhecimento das diversas áreas a serem trabalhadas conforme os objetivos propostos nos vários níveis de ensino, referenciados na Matriz Curricular em vigência.

O COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EDGARD SANTOS adota como recurso metodológico os Projetos, o desenvolvimento de temas, o estudo, a pesquisa e a produção de conhecimentos como eixo de aprendizagem, oficinas, arte como linguagem, associação de teoria e prática, em consonância com os princípios da autonomia, da diversidade e da identidade no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Na Educação de Jovens e Adultos, deve-se levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos populares, principais destinatários dessa modalidade de educação.

Deverá, então, ser orientada pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. O Currículo pautado numa pedagogia crítica que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propício a emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexivo e autônoma.

É o acesso ao Conhecimento, à Riqueza Cultural, à Diversidade de Linguagens e à Consciência Corporal que devemos assegurar na EJA.

Os diversos Níveis de Ensino devem estar comprometidos com a democracia e a cidadania. Nesse sentido, baseamo-nos no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs que orientam a escola quanto aos princípios gerais que visam à consecução das seguintes metas:

- respeito aos direitos humanos e exclusão de qualquer tipo de discriminação, nas relações interpessoais, públicas e privadas;
- igualdade de direitos, de forma a garantir a equidade em todos os níveis;
- participação como elemento fundamental à democracia;
- co-responsabilidade pela vida social como compromisso individual e coletivo.

A LDB 9.394/96 tem na cidadania seu eixo orientador e se compromete com valores e conhecimentos que viabilizam a participação efetiva do aluno na vida social; em função disso, são três nossas diretrizes de ensino:

- posicionamento em relação às questões sociais e visão da tarefa educativa como intervenção intencional no presente;
- tratamento de valores como conceitos reais, inseridos no contexto do cotidiano;
- inclusão dessas perspectivas no ensino dos diversos conteúdos escolares.

A inclusão de temas sócio-culturais no currículo transcende o âmbito das diversas disciplinas e corresponde aos Temas Transversais, preconizados pelos PCNs para o Ensino fundamental e que se caracterizam por:

- urgência social;
- abrangência nacional;
- possibilidade de ensino e aprendizagem nos diversos níveis de ensino;
- favorecimento na compreensão da realidade social.

Na forma de:

- ética;
- diversidade cultural;
- meio-ambiente;
- saúde;

- orientação sexual;
- trabalho e consumo;
- temas locais, serão agregados, sempre que possível, a temáticas que evidenciem os contextos da comunidade onde a Escola está inserida.

Nossa Proposta Pedagógica advém das discussões estabelecidas na Escola embasada na reflexão da prática pedagógica. Engloba complexidades e desafios. A nossa proposta Pedagógica aponta caminhos a serem construídos e percorridos, organizados a partir da diversificação dos tempos e espaços de aprendizagem: atividades presenciais e não presenciais. Implica continuarmos promovendo o estudo, a pesquisa e a reflexão sobre as experiências acumuladas, evitando repetir rotinas que se constroem ao acaso sem definição de metas, pontos de chegada e marcos do caminho a ser percorrido.

Nessa nossa Proposta Pedagógica torna-se **relevante a relação educador e educandos**, buscando que se torne mais próxima e personalizada. Que haja comprometimento recíproco entre os sujeitos do processo educativo.

Assim, nosso Currículo Básico caracteriza-se por:

Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental a Escola norteará todas as ações pedagógicas visando alcançar os seguintes objetivos:

- a) “Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.”
- b) “A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.”
- c) “O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.”
- d) “O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Ensino Médio

Nessa última etapa da Educação Básica, a Escola desenvolverá atividades escolares com vistas à consecução das finalidades do Ensino Médio:

- a) “A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.”
- b) “O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual do pensamento crítico.”
- c) “A compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

Educação de Jovens e Adultos

A proposta pedagógica da EJA está pautada pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica à pessoas jovens e adultas na especificidade dos tempos humanos.

A Educação de Jovens e Adultos deve levar em conta as especificidades dos tempos humanos e as diversas formas de organizar a vida, o trabalho e a sobrevivência dos coletivos populares, faz-se necessário encontrarmos respostas sobre quais referenciais deverão orientar o acompanhamento da aprendizagem dos(as) educandos(as), como os educadores e educandos poderão (re)orientar o trabalho educativo, quem são os(as) educandos(as), que saberes trazem, como eles aprendem, quais os seus desejos, expectativas e necessidades de aprendizagem, procurando:

- a) “garantir o Direito da Educação dos jovens e adultos é conhecer quem são os sujeitos da EJA e que saberes e fazeres são construídos neste tempo de vida, suas experiências e vivências de trabalho e ainda sobrevivência nas cidades e nos campos.

- b) Garantir a aquisição das habilidades previstas nos aspectos cognitivos e sócio-formativos de cada área do conhecimento nos Eixos formativos em cada Tempo Formativo do Percorso educativo

Educação de Jovens e Adultos, a Escola terá os seguintes objetivos dentro do Currículo nas diversas áreas:

Área de Conhecimento - LINGUAGENS (Língua Portuguesa, Matemática, Artes e Atividades Laborais)

ADL1 - Valorizar a língua como veículo de comunicação e expressão das pessoas e dos povos.

ADL2 - Expressar-se oralmente com eficácia em diferentes situações, interessando-se por ampliar seus recursos expressivos e enriquecer seu vocabulário.

ADL3 - Dominar o mecanismo e os recursos do sistema de representação escrita, compreendendo suas funções.

ADL4 - Interessar-se pela leitura e escrita como fontes de informação, aprendizagem, lazer e arte.

ADL5 - Desenvolver estratégias de compreensão e fluência na leitura.

ADL6 - Expressar-se por escrito com eficiência e de forma adequada a diferentes situações comunicativas, interessando-se pela correção ortográfica e gramatical.

ADL7 - Conhecer e valorizar a diversidade cultural, artística e brasileira, fomentando atitude de respeito às diferenças.

ADL8 - Interessar-se pelas artes como forma de conhecimento, interpretação dos homens sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca.

ADL9 - Reconhecer o caráter dinâmico da cultura, valorizando o patrimônio cultural e artístico de acordo com os tempos históricos.

ADL10 - Valorizar a corporeidade, o lúdico, os esportes e o movimento na formação do ser humano.

ADL11 - Valorizar a matemática como instrumento para interpretar informações sobre o mundo, reconhecendo sua importância em nossa realidade social, política, cultural e econômica.

ADL12 - Reconhecer o respeito, a cooperação, a troca de idéias e confronto entre diferentes estratégias de ação como meios que facilitam a capacidade de resolver problemas relacionados à vida cotidiana de forma individual e coletiva.

ADL13 - Utilizar habitualmente procedimentos de cálculo mental e cálculo escrito (técnicas operatórias), selecionando as formas mais adequadas para realizar o cálculo em função do contexto sócio-econômico cultural dos números e das operações envolvidas.

ADL14 - Medir, interpretar e expressar os resultados das situações cotidianas, utilizando a medida e a escala adequada de acordo com a natureza e a ordem das grandezas envolvidas.

ADL15 - Aperfeiçoar a compreensão do espaço geográfico e social, identificando, representando e classificando formas geométricas, observando seus elementos, suas propriedades e suas relações.

ADL16 - Coletar, apresentar e analisar dados da realidade, construindo e interpretando tabelas e gráficos.

**Área de Conhecimento - ESTUDO DA SOCIEDADE E DA NATUREZA
(História, Geografia e Ciências)**

ADE1 - Problematizar fatos observados cotidianamente, interessando-se pela busca de explicações e reflexões sobre visão de mundo.

ADE2 - Reconhecer e valorizar seu próprio saber sobre o meio natural e social, interessando-se por enriquecê-lo e compartilhá-lo.

ADE3 - Conhecer aspectos básicos da organização política e social do Brasil, os direitos e deveres do cidadão, identificando formas de consolidar a democracia do país.

ADE4 - Inserir-se ativamente em seu meio social e natural, usufruindo de forma racional e solidária de seus recursos.

ADE5 - Valorizar a vida como um bem pessoal e coletivo, desenvolvendo atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e a educação das gerações mais novas.

ADE6 - Observar modelos de representação e orientação no espaço e tempo, familiarizando com a linguagem cartográfica.

ADE7 - Compreender as relações que os homens estabelecem entre si no âmbito da atividade produtiva e o valor da tecnologia como meio de satisfazer necessidades humanas, analisando aspectos da história do Brasil.

Áreas de Conhecimento - CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA, ARTES E ATIVIDADES LABORAIS

ADC1 - Compreender as ciências como construção humana a serviço da vida.

ADC2 - Reconhecer a importância do conhecimento acumulado historicamente e socialmente pela humanidade para a transformação da sociedade.

ADC3 - Compreender a inter-relação entre o conhecimento do “senso comum” e o “conhecimento científico”, valorizando-os como meios de promover a continuidade ou ruptura nas estruturas sócio-culturais e ambientais.

ADC4 - Valorizar os saberes originários da experiência de vida como forma de explicar os fenômenos naturais e sociais nas diferentes sociedades.

ADC5 - Situar-se no ambiente natural e social através de relações solidárias e autônomas, entendendo e aplicando métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.

ADC6 - Desenvolver atitudes de preservação e cuidado com o meio ambiente natural e social, produzindo e interpretando resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos.

ADC7 - Explicar de forma responsável o funcionamento do mundo natural e social, considerando a diversidade (cultura, gênero, raça/etnia, geração, etc.), a partir da apropriação dos conhecimentos da física, da química, da biologia e da matemática.

ADC8 - Respeitar a interpretação dos fenômenos naturais e sociais, pelos diferentes povos, compreendendo o seu caráter aleatório e não-determinista, utilizando amostra e cálculo de probabilidade.

ADC9 - Compreender o contexto sócio-econômico e cultural através da análise qualitativa dos dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente.

ADC10 - Aperfeiçoar a leitura e a compreensão da realidade, reconhecendo as formas geométricas presentes nos espaços, geográfico e social.

ADC11 - Associar os diferentes modelos econômicos desenvolvidos pelas sociedades, em diferentes épocas e espaços, entendendo a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais, a economia e a vida humana.

ADC12 - Relacionar o cooperativismo e o empreendedorismo, como práticas coletivas solidárias de organização do trabalho, entendendo o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais.

ADC13 - Melhorar as condições de vida e de trabalho, aplicando conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas em diferentes contextos.

ADC14 - Reconhecer a importância do acesso aos bens culturais, estabelecendo relações entre a expressão artística e a expressão corporal.

ADC15 - Apreciar e criar produções culturais individuais ou coletivas, utilizando as linguagens artísticas e corporais.

ADC16 - Desenvolver formas de interagir com no meio em que vive, expressando, sensibilidade, ludicidade e criatividade através do corpo e da arte.

ADC17 - Respeitar, valorizar e vivenciar a cultura popular, como expressão da cultura e da identidade de um grupo social.

ADC18 - Reconhecer o ambiente escolar como espaço de manifestação da identidade artístico-cultural da comunidade.

ADC19 - Utilizar-se do talento artístico/corporal, participando de eventos e atividades culturais locais, nacionais e internacionais.

ADC20 - Articular as diferentes manifestações da cultura artística e corporal às áreas de conhecimento.

GARANTIA DO PERCURSO EDUCATIVO E INOVAÇÕES CURRICULARES

O Colégio Estadual Professor Edgard Santos vem implementando ações pedagógicas que visem a garantia do Percurso Educativo dos alunos que ingressam na Escola, através de inovações curriculares apresentadas enquanto política pública da Rede Estadual de Ensino. Tais ações estão alocadas nas áreas especificadas a seguir:

CURRÍCULO

Os conteúdos:

- selecionados conforme a realidade e interesses dos educandos;
- com ênfase nas dificuldades apresentadas;
- organizados por eixos temáticos e interdisciplinares;
- trabalhados de forma contextualizada;
- voltados para o desenvolvimento de habilidades e competências.
- Considerando o diálogo com Avaliações Internas e Externas
- Focando a aprendizagem Significativa e Contextualizada

As metodologias:

- a pesquisa e a produção de conhecimentos como eixo da aprendizagem;
- associação de teoria e prática;
- as oficinas como procedimento didático;
- arte como linguagem.
- Pedagogia de Projetos
- Atividades interdisciplinares
- Pesquisa (de conteúdos escolares) como princípio educativo
- Organização dos estudantes em grupo como fator pedagógico importante para o envolvimento do estudante com sua aprendizagem
- Valorização da autonomia e protagonismo
- Aprendizagem sequenciada
- Estudos orientados

A avaliação:

- A avaliação é considerada como:
- Processo
- Qualitativo
- Coletiva e individual
- Autoavaliação (educadores e educandos)
- Diversidade de instrumentos
 - Provas
 - Parecer descritivo
 - Relatórios
 - portfólios

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

- Diversificação dos tempos e espaços de aprendizagem: as atividades são presenciais e não presenciais.
- A relação educador e educandos: mais próxima e mais personalizada.
- Reorganização do trabalho docente: nova distribuição do tempo e novas atribuições dos educadores.

Na Gestão da Escola

- Convivência: maior integração entre os educandos; fortalecimento da autoestima e do protagonismo;
- Produção de material didático: uma nova atribuição para escola.

PERCURSO EDUCATIVO NO CEPES

ESTRATÉGIAS

As estratégias abaixo estão contempladas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Professor Edgard Santos, tendo em vista as demandas que vem se apresentando ano após ano, como desafios para o desenvolvimento de uma educação pautada em valores e respeitando os tempos e ritmos de cada aluno. Podendo ser tomadas no seu conjunto ou individualmente, conforme as necessidades e realidade da Escola.

I – Programa de Ressignificação do Sistema de Dependência com outros tempos e espaços de aprendizagem.

O Sistema de Dependência é uma estratégia pedagógica que possibilita aos educandos uma continuidade ao seu percurso educativo sem retenções.

MEDIDAS:

1. Construção de currículo por área do conhecimento;
2. Criação de turmas de dependência por nível de ensino e tempos humanos;
3. Definição de procedimentos didático-pedagógicos com alternância entre oficinas quinzenais e estudos orientados;
4. Adoção de práticas avaliativas que contemplem não só a dimensão cognitiva dos sujeitos, mas também as culturais, sociais e afetivas, inovando procedimentos e instrumentos de avaliação;
5. Organização pedagógica da escola com um coordenador do Programa em tempo integral e quatro educadores com disponibilidade de 12 horas, um para cada área do conhecimento.
6. Elaboração de Planos por área do conhecimento, podendo ser interdisciplinar e implementado individual ou coletivamente.

“A avaliação é um processo presente em todos os aspectos da vida escolar: professores avaliam alunos, alunos avaliam professores, diretor avalia seus professores e estes o diretor, pais avaliam professores e escola. Entretanto, só a avaliação do aluno pelo professor parece ser um aspecto formalmente reconhecido na vida da escola”.

(Zélia D. Mediano)

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Nossa proposta de avaliação visa desenvolver um trabalho significativo e produtivo com os alunos, professores, Direção, Colegiado Escolar. Assim, elaboramos um Projeto de avaliação para esta Unidade Escolar, expresso abaixo:

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – CEPES

Reelaborada pelo corpo docente do CEPES

JUSTIFICATIVA:

De acordo com estudos desenvolvidos por Jussara Hoffmann (1993), a ação avaliativa é vista como mediação, pela qual o professor encoraja e reorganiza o saber através da compreensão. Desta forma, esta proposta passa pela concepção de avaliação como um fenômeno processual, dinâmico, diagnóstico, reflexivo, crítico e que valorize a nota qualitativa tanto quanto a quantitativa, de forma somativa, não perdendo de vista a produção do conhecimento. Essa prática deve estar relacionada com o entendimento de que os educando aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores.

METODOLOGIA:

A nota a ser aplicada será de **0 a 10 pontos**, sempre de forma **cumulativa** e dividida em dois momentos: **avaliação quantitativa** com valor de **5,0** pontos, sendo que a **soma** dos valores destes momentos será a média da unidade.

Será aprovado na unidade o aluno que obtiver **média igual ou superior a 5,0** pontos, caso o mesmo não consiga este valor, o professor deverá realizar uma **Recuperação paralela da Unidade**, na qual o aluno deverá alcançar uma nota igual ou superior a 5,0 pontos, sendo que poderão ser utilizados diversos instrumentos de avaliação.

Será **promovido** para a série seguinte o aluno que obtiver no **mínimo 20 pontos** na soma das médias das quatro unidades. Caso o mesmo não consiga este valor, o professor realizará a **Recuperação Final**, após uma semana de revisão dos conteúdos escolhidos, que **não serão superiores a 50%** daqueles trabalhados durante o ano, sendo que o educando deverá atingir uma nota igual ou superior a 5,0 pontos.

Para efeito didático, a nota quantitativa será definida através de mecanismos como: **provas objetivas e subjetivas, trabalhos em equipes; pesquisas; interpretações; dissertações; análises; seminários; debates**, entre outros. Sendo que o valor atribuído à mesma será definido pelo professor, que ficará na obrigação de realizar mais de uma avaliação durante a unidade, que não seja somente a prova, cuja soma dos valores não ultrapasse 05 pontos.

A nota qualitativa será definida a partir dos seguintes aspectos perfazendo 5,0 pontos. São eles:

1. **AUTO-AVALIAÇÃO**: o próprio aluno analisa o seu desempenho na unidade. Esta será utilizada como referência para o diagnóstico do processo de aprendizagem do aluno e do trabalho do professor; partindo dos aspectos elencados anteriormente pelo professor conforme atividades realizadas na unidade.
2. **QUALIDADE NA PARTICIPAÇÃO**: Levar em conta o interesse do aluno pela aula no sentido de levantar questionamentos e fazer considerações pertinentes acerca dos temas abordados em sala de aula; considerando a capacidade de expressão oral deste aluno e suas contribuições críticas em variados momentos do processo (seminários, aulas expositivas dialogadas, apresentações dos trabalhos, debates e discussões, entre outros).
3. **ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES SOLICITADAS**: Valorização da organização, estética (formatação conforme normas da ABNT) e prontidão no cumprimento das tarefas solicitadas e/ou realizadas em sala de aula (leituras, pesquisas, trabalhos escritos, produções, exercícios, etc)

4. POSTURA: Considerar a postura do aluno, no que se refere a criatividade, a iniciativa, o espírito de liderança e senso de responsabilidade.

É bom lembrar que os 02 momentos de avaliação propostos não podem ser vistos como algo estanque, pois eles se inter-relacionam de maneira abrangente e não generalizada, cabendo ao professor perceber esta relação na sua ação metodológica em sala de aula.

PROPOSTA DE POSTURA PEDAGÓGICA

“Ensinar é a arte de transformar, por isso a educação fascina.”

CUMPRINDO A MISSÃO: EDUCAR

❖ COMPROMETIMENTO PESSOAL DO EDUCADOR

- Querer fazer
- Aplicação de programa para integração docente
- Envolver-se nas propostas da Escola
- Ação participativa na metodologia aplicada
- Atualização diária preparando-se para o novo
- Humildade – dar e receber apoio
- Cooperação – disponibilidade para o outro

❖ PRÁTICA DIÁRIA DO EDUCADOR

- Participação do aluno na elaboração de Projetos Pedagógicos
- Ressignificação dos conteúdos
- Trabalhar auto-estima dos alunos (motivá-los)
- Renovar a prática pedagógica (Fomentar a pesquisa especialmente no Ensino Médio)
- Desenvolver atividades para o desenvolvimento intelectual-social do aluno
- Trabalhar relações humanas
- Articular valores à prática – Educação de Valores

❖ PARA MELHORAR O TRABALHO PEDAGÓGICO DO EDUCADOR

- Comprometer-se com as ações no dia-a-dia
- Articular valores: Respeito – Tolerância
- Utilizar o material disponível na escola
- Estabelecer e seguir uma linha pedagógica geral na Unidade Escolar
- Trabalhar interdisciplinar: Articular Projetos
- Entregar Plano anual e Ementa das séries
- Integração do Corpo Docente
- Acervo bibliográfico: Estruturar biblioteca
- Registrar os Projetos desenvolvidos e encaminhá-los para a SEC/Ba

- Desenvolver políticas de direcionamento interno (regime disciplinar durante o período das aulas)
- Elaborar atividades voltadas para educação emocional do aluno
- Preparar o Professor para o uso de equipamentos tecnológicos disponíveis na Escola
- Criar calendário para realização de Projetos
- Investir no Protagonismo Juvenil
- Voltar o trabalho pedagógico para o preparo dos alunos para concursos sem perder de vista o desenvolvimento integral da pessoa
- Formar grupos de professores para organizar os conteúdos das disciplinas por séries.
- Implantar Projeto de Avaliação e Estruturação do Ano Letivo
- Introduzir prática de Avaliação Institucional

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Esta Unidade Escolar vem atendendo e inserindo na sua Proposta Pedagógica as disposições da legislação que norteiam a implantação do Ensino Fundamental de 09(nove) anos, bem como a oferta do Ensino Fundamental de 08(oito) anos e as condições de transitoriedade, baseando-se em:

Lei n^o 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87 da Lei n^o 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental.

- Lei Estadual n^o. 10.330/2006 (Plano Estadual de Educação)

Nesta Unidade de Ensino oferecemos educação de Jovens e Adultos no turno noturno, fundamentando-se na PORTARIA N^o. 13.664/2008 - orienta a oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino.

O Colégio Estadual Professor Edgard Santos, na execução de sua missão buscará garantir:

- o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90
- acessibilidade de alunos com necessidades especiais de locomoção – Lei n^o. 10.098/2000
- o respeito à recomendação sobre utilização da LIBRA – Recomendação n^o. 01 de 06/10/2006, do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Necessidades Especiais – Lei 16.436/2002 e Lei 10.098/2000, bem como a outras linguagens que favoreçam a inclusão escolar – como o Braille.

Seguindo as prescrições legais, o Colégio Estadual Professor Edgard Santos observará as seguintes orientações legais para a sua complementação curricular:

- Inclusão do conteúdo obrigatório, mas não exclusivo da Música, no componente Arte, na Educação Básica – Lei n^o. 11.769 de 18/08/2008.
- Trabalhar a História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Lei 10639/03 modificada pela Lei 11.645/2008
- Trabalhar a Educação Ambiental – Lei 9.795/99 nos componentes Ciências e Biologia.
- Trabalhar Sociologia e Filosofia em todas as séries do Ensino Médio. Resolução CNE/CEB n^o. 38.2006 e Resolução CEE n^o. 69/2007 adequando-se à Lei 11.684 de 02/06/2008.
- Inserção obrigatória da Língua Espanhol, na parte diversificada do currículo como Língua Estrangeira Moderna – Lei 11.161/05 – DOU 8/8/05.
- Resolução CEE n^o 127 de 1997 - Regulamenta a Lei 9394/96 Fixa normas preliminares visando à adaptação da legislação educacional do Sistema Estadual de Ensino às disposições da Lei 9394/96, e dá outras providências (alterada pela resolução CEE 108/00)
- Resolução CEB n^o 3, de 26 de junho de 1998 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EDGARD
SANTOS
CALENDÁRIO ESCOLAR 2013**

ATIVIDADE	PERÍODO
Jornada Pedagógica	26, 27 e 28 de Fevereiro de 2013
Início do Ano Letivo	04 de Março de 2013
Recesso de Semana Santa	28 e 29 de Março de 2013
Recesso junino	22 de junho a 02 de julho de 2013
Término do Período Letivo	16 de Dezembro de 2013
Total de Dias Letivos	200
Resultados Parciais do Rendimento Escolar dos Alunos	17 de Dezembro de 2013
Estudos de Recuperação e Avaliação Final	17 a 23 de Dezembro de 2013
Conselho de Classe	27 de Dezembro de 2013
Entrega das Atas dos Resultados Finais	30 de Dezembro de 2013

MESES	PERÍODO	Nº DE DIAS LETIVOS	SÁBADOS LETIVOS	FERIADOS
Fevereiro	Recesso	-	-	-
Março	04 a 27	17	09 - 23	14- Aniversário da Cidade 28 a 31 – Semana Santa
Abril	01 a 29	22	13 - 27	21 – Aniversario de Brasília
Maiο	02 a 31	20	11 - 25	01 – Dia do trabalhador 30 – Corpus Christi
Junho	03 a 21	15	01 - 15	22 a 30 – Recesso junino
Julho	03 a 31	21	20	01 e 02 – Independência da Bahia
Agosto	01 a 30	21	03 - 17	11 – Dia do Estudante 27 – Otávio Mangabeira
Setembro	02 a 30	21	21	07 - Independência do Brasil
Outubro	01 a 31	20	-	15 – Dia do Professor 28 – Dia do Funcionário Público
Novembro	01 a 29	20	-	02 - Finados 15 - Proclamação da República
Dezembro	02 a 16	11	-	08 – Nossa Senhora da Conceição
TOTAL:	200 dias	188 dias	12 dias	

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES LETIVAS		
UNIDADE	PERÍODO	PERÍODO
I	04/03 a 17/05	55
II	20/05 a 03/08	52
III	05/08 a 11/10	51
IV	16/10 a 16/12	42
TOTAL		200

Rita de Cássia Ferreira Cerqueira de Santana
Diretora
Governador Mangabeira, 28 dezembro 2012.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DOS DIRIGENTES

1. Nome da escola:

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR EDGARD SANTOS

2. Nome do(a) diretor(a):

RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE CERQUEIRA DE SANTANA

3. Endereço da escola:

Cidade: Gov. Mangabeira, Estado: Bahia CEP: 44.350.000
Rua; Manoel Machado Pedreira, s/n - Bairro: Centro
Telefone: (75) 3638 - 2263

4. VICE - DIRETORAS:

DENISE DA SILVA ROCHA
LUCIANO DANTAS ESTEVAM

5. Nome do coordenador Pedagógico:

VALDECIRA ARAGÃO CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

6. Níveis de ensino ministrados na escola:

(X) Ensino Fundamental (X) Ensino Médio (x) EJA – ENSINO MÉDIO

7. Localização:

(X) Urbana () Urbana Periférica () Rural

MATRIZES CURRICULARES

QUESTIONÁRIO